

Apogeu e Declínio da Sociedade Industrial

O Sindicalismo na Encruzilhada

José Grosso de Oliveira*

1. Introdução

A sociedade moderna constitui um conjunto estratificado, dividido em classes sociais, em função de uma repartição desigual dos recursos e das contribuições. Esta representação está associada ao carácter industrial das sociedades nas quais a sociologia se construiu. A hierarquia social, resultante basicamente da relação com a produção, corresponde a uma ordem funcional que opõe os detentores dos recursos e os que gerem a economia aos que vendem a sua força de trabalho. O lugar que cada um ocupa é definido pela sua utilidade social, pelo seu contributo para a produção colectiva. A sociedade é vista como uma hierarquia ordenada — na qual os níveis substituem as barreiras — que fixa os costumes, os gostos e as aspirações dos agentes sociais.

Nas sociedades modernas, a questão social transforma-se pouco a pouco na questão operária. A sociedade é um sistema, mas um sistema atravessado por conflitos sociais..

Quer se seja reformista ou revolucionário, a ideia de sociedade implica a crença na existência de um movimento social central em torno do qual se organiza a vida social. Esta representação não se afasta muito da “realidade”, porque, de facto, em todos os países europeus industrializados, o movimento operário ocupou a cena social e política e a vida política organizou-se, em grande parte, em torno dos conflitos sociais derivados das relações de produção. O movimento operário aderiu à ideia de sociedade e partilhou plenamente as representações históricas da modernidade e do progresso. A consciência de classe operária constituiu-se historicamente marcada pela tensão constante provocada pela dualidade da adesão aos valores da sociedade industrial e o sentimento de exploração económica. Os conflitos de classes da sociedade industrial são de natureza estrutural mas estão institucionalizados e, em última análise, contribuem para fortalecer a integração do sistema e dos actores. No seio da sociedade o conflito — desde que a sua institucionalização o fixe nos limites do sistema — desempenha, como qualquer outro elemento *a priori* disfuncional, uma função, que é justamente a de adaptação e de integração dos actores.

Esta representação de tipo “funcionalista” parece já não se adequar à complexidade das sociedades contemporâneas, atravessadas por múltiplos conflitos, que extravasam a esfera da produção. Nestas sociedades acentua-se a fragmentação e a heterogeneidade social e a identidade social já não pode ser apenas “determinada” pelas relações de produção e pela posição de classe.

* Professor Universitário, ULHT, Lisboa.

2. Um mundo que desaparece

Apesar da diversidade considerável do mundo operário, devida, designadamente, às especificidades das histórias nacionais, aos níveis de qualificação e às trajectórias individuais, persistiu durante muito tempo nos operários o sentimento de pertença a um grupo relativamente unificado. A actividade das organizações políticas e sindicais desempenhou um papel essencial na formação deste sentimento, mas a unidade do grupo releva também de factores tangíveis: a exclusão do saber teórico, a não detenção de qualquer parcela de poder social, a ausência de património, a carência económica, a precariedade da existência, a insegurança no trabalho e fora do trabalho são traços comuns, surgidos no decurso do século XIX, que constituem condições de existência partilhadas e induzem uma cultura do colectivo

A consciência de classe define-se, em primeiro lugar, pelo sentimento de pertença a um grupo e as relações de classe manifestam-se, antes de mais, pela distância social e pela solidariedade. Os operários, além de dominados e de relegados para a base da sociedade, estão virados para a matéria e afastados dos centros mais densos e dinâmicos da vida social. Os *modos de vida* dos operários valorizam a comunidade e a união do grupo¹. Os tempos de lazer tendem a prolongar de forma útil a actividade laboral (por exemplo o biscoite) e os lares comunitários contribuem, por sua vez, para fortalecer a coesão do grupo².

A comunidade operária tradicional assenta num forte sentimento de pertença a um meio social e cultural e numa homogeneidade de atitudes e de representações. O apego à família e ao trabalho, o rigor na divisão dos papéis sociais e a fusão do indivíduo no grupo, eis alguns dos traços característicos do mundo operário. Nesse mundo estabelece-se como que uma fronteira entre “eles” e “nós” e muitos jovens criticam justamente o conformismo, a ausência de abertura e o carácter asfíxiante dessa comunidade de vida.

No mundo da comunidade e da consciência de classe operária o “público” e o “privado” aparecem, ao mesmo tempo, como distintos e reforçando-se reciprocamente. A vida privada parece ser totalmente guiada por orientações culturais gerais e as convicções públicas apresentam-se como procedendo de uma moralidade ou de uma rotina privadas. Na cidade, o mundo operário aparece muitas vezes separado do resto da “sociedade” constituindo uma “comunidade” frequentemente estigmatizada, que valoriza a sua homogeneidade e se esforça pela sua manutenção através do associativismo, do controlo da reputação dos seus membros e da acentuação do sentimento de distância em relação aos outros grupos sociais³.

Segundo Lipset, o autoritarismo - um dos traços mais característicos das classes populares - decorreria justamente da dimensão comunitária. A comunidade fecha-se, retrai-se, defende intransigentemente os seus valores e opõe-se a tudo o que possa constituir para ela uma ameaça: o liberalismo cultural, a transformação dos papéis sexuais, a abertura aos estrangeiros. Os partidos políticos emanados da classe operária foram marcados, muitas vezes, segundo Lipset, pelas características autoritárias do seu chefe⁴.

A consciência comunitária constitui um dos pilares em que assenta a acção de classe organizada. A importância da dimensão comunitária na mobilização observa-se sobretudo nas lutas visando a sobrevivência de uma empresa ou de uma região ameaçada⁵.

A partilha de interesses comuns constitui outra dimensão fundamental do conceito de classe social. A consciência dos interesses colectivos não é, no entanto, óbvia nem imediata e a teoria da mobilização de recursos tentou clarificar o papel do sentimento comunitário na capacidade de acção de um grupo. Os movimentos sociais não são nem irracionais nem espontâneos. O empenhamento na acção colectiva é racional, não está em ruptura com as condutas políticas institucionais e visa, fundamentalmente, a entrada no sistema político ou o estabelecimento de uma pressão sobre os que decidem. O conflito social situa-se num “mercado” em que os grupos entram em concorrência pelo acesso aos recursos políticos. A teoria da mobilização dos recursos inspira-se no paradoxo da acção colectiva, desenvolvido por Mancur Olson, que evidencia a extrema dificuldade de congregar os interesses individuais numa acção colectiva. Um grupo inorganizado de pessoas, possuindo um interesse comum, conscientes desse interesse e tendo os meios de o realizar, pode nada fazer para o promover. A comunidade de interesses, mesmo que evidente para todos, não chega para provocar a acção comum permitindo promover o interesse de todos. A lógica da acção colectiva e a lógica da acção individual não seguem necessariamente a par. O paradoxo pode eventualmente ser superado através de incitações selectivas oferecidas pelos “profissionais”, pelos promotores da mobilização, que retiram benefícios materiais e simbólicos da acção colectiva⁶.

O movimento deve conduzir-se como se fosse um “empresário”: deve mostrar-se capaz de mobilizar apoios externos, de ligar os seus membros, de encontrar aliados. As ligações comunitárias e a “sobreposição das clivagens” são factores importantes de mobilização. Não é tanto o descontentamento e a frustração relativa dos indivíduos que explicam a mobilização mas sobretudo a possibilidade de o movimento aproveitar as oportunidades oferecidas em especial pelo sistema político⁷.

A imagem estritamente económica do sindicalismo, que acentua o papel do sindicato na venda da força de trabalho ao melhor preço, revela-se insuficiente, na medida em que a acção de classe, ao inscrever-se num sistema de relações industriais, é também política. As relações entre as classes são relações de concorrência num dado campo e a natureza desse campo desempenha um papel central no desenvolvimento da acção de classe⁸. Na expressão de Dubet, “*a metáfora geral é menos, de modo directo, a da competição económica do que a do jogo político*”⁹.

O conceito de classe social tem alimentado várias polémicas ao longo da história da sociologia. As duas questões mais clássicas são provavelmente as que dizem respeito ao número de classes sociais e à noção de interesses de classe. Relativamente à primeira questão é costume invocar diversos textos de Marx, opondo-se, designadamente, *As lutas de classe em França* ao *Manifesto*; quanto aos interesses de classe estes ora são definidos como consciência dos interesses imediatos, isto é, como a capacidade de juntar interesses individuais, ora como consciência de um “papel histórico”, como consciência de um conflito radical abrangendo o conjunto da sociedade. Em termos esquemáticos, esta discussão opõe a classe como comunidade de interesses à classe como actor histórico, à classe como movimento social¹⁰.

Nesta última perspectiva a oposição entre trabalho e capital extravasa o domínio da empresa e estende-se a todos os sectores da vida social. Nas sociedades industriais não existe apenas uma concorrência, uma rivalidade de interesses, mas um conflito geral que radica numa estrutura social assente na exploração e na dominação de classe.

A importância do conceito de classe social na sociedade industrial advém, em grande parte, da crença na existência de uma continuidade entre as três lógicas de acção: *a comunidade constituía um grupo de interesses e animava um movimento social*. Esta crença nem sempre era alicerçada nos factos, como comprovam os vários debates e estudos sociológicos ocorridos durante o século XX, alimentados pelas tensões existentes entre as três dimensões da classe¹¹.

As discussões acima referidas indiciam que não só a passagem de um nível de acção para outro não era óbvia, mas também que a acção de classe representava um problema político e sociológico fulcral. O que estava em causa era, afinal, a própria estruturação das relações sociais e da vida política em geral.

A crença na ligação entre as três dimensões de classe não era, contudo, totalmente descabida e certos aspectos da estrutura e do funcionamento da sociedade industrial pareciam confirmar esta representação. Vários autores salientam que os operários se apresentavam como actores enraizados na comunidade, organizados pelos partidos e pelos sindicatos, identificados com o progresso e acreditando em utopias redentoras. Estes operários associam a vida da fábrica à do bairro, a defesa do grupo à crítica da sociedade e os interesses particulares a um combate geral¹².

Em pesquisas efectuadas mais recentemente retira-se a conclusão que este mundo, de certo modo mítico, em que as diversas lógicas da acção de classe se apresentavam integradas, se desfez depressa, tanto ao nível das transformações sociais como nas representações dos actores. Os militantes testemunham a separação dos componentes da acção: já não se consideram “personagens” mas actores cuja experiência se inscreve em múltiplos registos não necessariamente congruentes. A consciência destes militantes torna-se infeliz, “dramática”, à medida que os elementos da condição operária se separam e o mundo à sua volta se decompõe¹³.

No mundo mais heterogéneo, onde a fábrica já não marca do mesmo modo a vida fora do trabalho, a identidade do trabalhador mantém-se, mas não ultrapassa a experiência de trabalho e a identidade cultural da classe é suplantada por identificações mais fluídas e hierarquizadas, as do consumo em massa mais ou menos frustrado. As identidades institucionais e instrumentais parecem autonomizar-se, destacando-se da integração e da consciência de classe operária. Neste universo mais complexo o “público” e o “privado” parecem independentes, a identidade privada fecha-se mais nas categorias da subjectividade psicológica e nos gostos próprios e tende a desprender-se das normas indiscutíveis de uma cultura popular. A consciência de classe operária passa a ser vivida mais como um empenhamento e cessa de ser percebida como prolongamento natural do apego ao grupo e aos hábitos partilhados.

O universo cultural centrado no trabalho industrial atenua-se pouco a pouco. Hoje o trabalho na fábrica já não atrai os jovens e os filhos manifestam frequentemente indiferença e por vezes mesmo hostilidade perante o militantismo dos pais.

Nos dois grupos de militantes que participaram numa intervenção sociológica sobre o movimento operário, realizada em Setúbal, quase todos aspiram a que os filhos prossigam os estudos que lhes permitam exercer actividades profissionais fora do mundo operário. O investimento em capital cultural é a via considerada mais segura para evitar a condição operária. A opinião mais generalizada, em relação ao futuro dos descendentes, é a de que a escolha é deles, serão o que pretenderem ser, mas, se conseguirem libertar-se do trabalho fabril, tanto melhor¹⁴.

O declínio, a perda de atracção da cultura industrial, e mesmo do trabalho em geral, como valor ético, foi patente numa sessão em que cada um dos grupos se confrontou com vários interlocutores, entre os quais jovens desempregados. Tanto num grupo como no outro os jovens manifestaram sentimentos de marginalidade e de exclusão em relação ao trabalho. Trata-se, de certo modo, de uma exclusão recíproca, pois que, se a fábrica os rejeita, eles rejeitam-na também a ela. Este sentimento de exclusão acompanha-se do alheamento em relação aos valores industriais e às organizações representativas da classe operária. As intervenções dos jovens, nos dois grupos, exprimiam ausência de perspectivas, impotência, frustração e um sentimento de nítida descrença em relação ao futuro. As reacções nos dois grupos variaram consoante o maior ou menor apego ao mundo operário e à consciência de classe. Aqueles para quem a cultura industrial era ainda uma referência importante enalteceram a função socializadora do trabalho, procuraram valorizar o mundo comunitário, apelaram aos princípios, à pureza do movimento operário: a consciência operária, nostálgica procura na memória, no passado, a força, a pujança, que sente estar a perder no presente; alguns dos trabalhadores mais novos, e mais próximos das novas consciências operárias, mostraram-se, ao contrário, compreensivos, mais tolerantes relativamente às opiniões emitidas pelos jovens, pois que, também para eles, a cultura industrial está a perder capacidade de atracção.

A condição operária é difícil para todos, mas ela torna-se particularmente dura para os jovens e para as mulheres. Os jovens que aspiram tornar-se operários profissionais estão sujeitos a um longo processo de aprendizagem durante o qual desempenham várias tarefas a troco de um salário geralmente baixo. A entrada dos jovens na classe operária é simultaneamente instável e marcada por fortes resistências. A “alergia” ao trabalho é tão antiga como o trabalho industrial, talvez como o próprio trabalho, e cada geração de “anciãos” deplora a ausência de entusiasmo, de convicção e de seriedade dos jovens perante o trabalho.

Ao longo da história da sociedade industrial os jovens sempre têm tentado resistir à passagem à condição de operários e nem o prolongamento da adolescência nem o adiamento progressivo da entrada no trabalho têm alterado substancialmente este comportamento. O mundo operário tem uma clara percepção desta resistência e concede à juventude o direito à prática de certo tipo de excessos, porque é preciso “aproveitar” bem este breve período de vida.

Os jovens não entram de bom grado na classe operária, mas acabam por se conformar com a situação, porque esse futuro lhes parece ser o mais natural. A vida escolar termina cedo e a maior parte dos filhos dos operários tornam-se também operários, alistando-se nos batalhões que formam o exército industrial. Na maior parte dos países industrializados é somente a partir do início dos anos 1960 que o sector terciário começa a franquear as suas portas aos filhos dos operários. Nas regiões onde impera a mono - indústria - por exemplo minas, siderurgia e têxtil - a entrada na fábrica surge naturalmente como a única solução possível em termos de futuro. Este futuro é preparado através de uma vasta e complexa rede que integra associações operárias e relações familiares e de vizinhança. O patronato e a classe operária tomam a seu cargo a construção do futuro operário, inculcam o orgulho operário e reforçam os sentimentos de pertença comunitária. Junto das grandes fábricas formam-se “mundos operários” onde os jovens não encaram geralmente outra possibilidade de futuro a não ser a de se tornarem operários e onde a vida se percepção como um destino. Mas estas fortalezas e estas comunidades operárias desagregam-se aceleradamente e delas, muitas vezes, pouco mais resta que a sua descrição nos livros que constituem testemunhos históricos ou etnográficos de um mundo que desaparece.

A classe operária transformou-se profundamente nestas últimas décadas na generalidade dos países industrializados e Portugal não tem escapado a estas mutações. As pertenças comunitárias enfraquecem, a cultura dos *media* e a das classes médias impõe-se à cultura popular, a vida urbana degrada-se, a precariedade do emprego acentua-se e a escola desempenha um papel cada vez mais importante em relação à maneira como os jovens se posicionam perante a eventualidade de se tornarem operários.

Durante muito tempo a escola primária era o nível máximo que os jovens filhos de operários podiam aspirar atingir. Apenas uma pequena minoria podia acalantar o sonho de uma mobilidade social concretizada através da escola. Para a maior parte dos jovens oriundos da classe operária o estatuto social era atribuído à nascença e os resultados escolares não influenciavam a trajectória profissional. Com a democratização do ensino, operada em Portugal após 25 de Abril de 1974, tudo muda radicalmente. A classe operária continua decerto a ser constituída maioritariamente por filhos de operários e as possibilidades de estes ascenderem ao ensino superior permanecem reduzidas. Com a abertura e a extensão em termos quantitativos verificada em todos os graus de ensino e com o prolongamento da escolaridade obrigatória a reprodução da condição operária deixa, no entanto, de se processar de forma tão automática como no passado. O fracasso escolar torna-se um dos principais mecanismos explicativos da “descida” para a condição operária. Embora as oportunidades de êxito sejam socialmente determinadas, o destino social deixa de marcar o futuro como acontecia outrora e as capacidades escolares de cada um assumem cada vez maior relevância.

O mundo operário, com as suas tradições e a sua capacidade de integração e de regulação, está a desaparecer. Continua a haver operários e indústrias, mas cada vez existe menos uma classe operária no sentido que tradicionalmente lhe tem sido atribuído. A crise e a diminuição do peso da classe operária, tal como historicamente se constituiu nos países mais desenvolvidos, parece indiscutível, qualquer que seja o ponto de vista adoptado: o dos

efectivos dos trabalhadores manuais, o da classe como princípio identitário, ou o do actor social que constitui o movimento operário e a sua influência social, cultural e política.

No decurso dos últimos anos prosseguiram as profundas transformações na estrutura da produção e do emprego que se iniciaram nos países desenvolvidos já há algumas décadas. Estas transformações parecem confirmar o declínio da sociedade industrial e do mundo operário.

Na U.E. continua a verificar-se a diminuição do emprego na agricultura e na indústria. Entre 1991 e 1996 registou-se uma perda líquida de 3,4 milhões de empregos - 2,1 milhões na agricultura e 6,2 milhões na indústria -, parcialmente compensada por um ganho de 4,9 milhões no serviços. (Eurostat, 1998 : 115)

A tendência para uma “sociedade de serviços” prosseguiu nos últimos anos. Na U.E. a proporção de mão-de-obra ocupada no sector dos serviços passou de 58% em 1986, para 65%, em 1996. Em países como a Holanda, o Luxemburgo, a Suécia e o Reino Unido, a proporção ultrapassa 70%; em contrapartida, Portugal (com 57%) regista um dos valores mais baixos. (Eurostat, 1998 : 116)

Quadro 1

Repartição do emprego por actividade económica em 1986 e 1996

	EUR 15	B	D K	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
Agricultura																
1986	8	3	6	5	29	16	8	16	11	4	5	-	22	-	-	2
1996	5	3	4	3	20	9	5	11	7	3	4	7	12	8	3	2
Indústria																
1986	34	32	29	40	26	32	31	30	33	30	28	-	34	-	-	34
1996	30	28	26	35	23	29	27	27	32	23	23	30	31	27	26	27
Serviços																
1986	58	65	65	55	45	52	61	54	56	66	67	-	45	-	-	64
1996	65	70	70	62	57	62	69	61	51	74	73	62	57	65	71	71

Fonte: Eurostat, *Portrait Social de l' Europe*, 1998.

As modificações ocorridas na estrutura produtiva vão no mesmo sentido das verificadas ao nível do emprego. Entre 1986 e 1995 a contribuição da agricultura e da indústria para o valor acrescentado bruto diminuiu na U.E. (1,2% e 3,3%, respectivamente), enquanto que a dos serviços (mercantis) aumentou 5,9%. Portugal, embora continuando a situar-se, em 1995, acima da média europeia, no caso da agricultura e dos produtos industriais, e abaixo dessa média, no caso dos serviços (mercantis), acompanha a tendência geral. A chamada “convergência real” implicará certamente uma aproximação maior aos valores médios da U.E. no que diz respeito à estrutura da produção e do emprego.

Quadro 2

Contribuição dos diferentes ramos económicos para o valor acrescentado bruto
a preços correntes (1986-1995)

Fonte: Eurostat, *Anuário* 1997

A evolução da estrutura das qualificações também de algum modo indicia a perda de importância dos trabalhadores manuais, que, historicamente, têm constituído o baluarte da classe operária.

Comparando os dados relativos a Portugal para os anos de 1982, 1991 e 1997, inseridos no quadro 9.3, verifica-se um aumento contínuo da proporção de quadros médios e superiores, que se acentuou no último período. A percentagem de trabalhadores qualificados e altamente qualificados também tem aumentado regularmente, registando-se um acréscimo mais pronunciado em 1997. Nota-se, por outro lado, que a percentagem de trabalhadores semi e não qualificados se mantém bastante elevada, tendo mesmo aumentado ligeiramente em 1997.

A *taxa de enquadramento*, isto é, a proporção de quadros médios e superiores no total da população activa tem aumentado regularmente (3.2 em 1982, 4.2 em 1991 e 6.8 em 1997). O *índice de qualificação*, isto é, o rácio entre o pessoal qualificado ou altamente qualificado e o pessoal semi ou não qualificado regista também um aumento contínuo (1,34 em 1982, 1,49 em 1991 e 1,65 em 1997).

Quadro 3
Níveis de qualificação

Fonte: Quadros de pessoal, DETEFP-MTS

Níveis de qualificação	1982		1991		1997	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Quadros Superiores	31.022	1,7	44.544	2,2	70.770	3,4
Quadros Médios	25.988	1,5	41.396	2,0	71.767	3,4
Encarregados	70.685	3,9	84.742	4,1	80.148	3,8
Qualif. e altamente qualif.	759.817	42,5	894.527	43,2	1.021.930	48,9
Semi e não qualificados	568.266	31,6	600.365	29,0	618.360	29,5
Prat. e aprendizes	173.224	9,6	238.969	11,5	170.678	8,2
Ignorado	163.674	9,1	165.866	8,0	57.149	2,7
Total	1.789.676	100,0	2.070.409	100,0	2.080.802	100,0

se ameaçada simultaneamente na sua autonomia e na sua própria existência: na sua autonomia pela evolução da sociedade para a cultura da informação e da cultura da imagem, em ruptura com as matrizes colectivas e os ideais colectivistas da classe operária clássica; na sua existência pela precarização geral do emprego a que está submetido o pólo não qualificado da classe, cuja situação é agravada pela desestabilização política dos aparelhos de protecção social, pela exclusão crescente de uma competição escolar exacerbada e pela fragilização das solidariedades familiares. Opera-se, assim, como que uma reproletarização forçada de uma parte da classe operária: fuga, no topo, e afundamento, na base, eis a imagem que resume a situação da classe operária¹⁵.

As fortalezas operárias, os bairros operários tradicionais desaparecem. Os operários mais qualificados e os empregados em sectores protegidos foram incorporados nas fracções

inferiores das classes médias. Os bairros e a fábrica separam-se e os modos de vida e os lazeres de “classe” diluem-se nos modelos estandardizados de uma cultura massificada. Por outro lado, outra grande parte da classe operária subproletariza-se de novo, espalha-se pelos subúrbios das grandes cidades, nos quais a falta de participação política, económica e social é bastante mais evidente que a pertença à classe operária. Nos conjuntos habitacionais dos subúrbios concentra-se uma classe popular heteróclita na qual a classe operária se dilui. O controlo social comunitário, por vezes “sufocante”, mas sempre eficaz, é substituído pela desconfiança e o isolamento e a regulação espontânea da vizinhança dá lugar à “lei” ditada pelos bandos de jovens da “galera”¹⁶ ou pelos traficantes de droga. Uma parte significativa da camada inferior da classe operária que habita nos subúrbios é menos definida pelo ofício e pela qualificação do que pelo sentimento de privação, pela sua exclusão relativa¹⁷.

Desfeitos os liames comunitários tradicionais, podem formar-se outros baseados em princípios como o território e a etnia. Os movimentos do tipo chauvinista e racista podem encontrar bases de apoio e terreno fértil para a sua expansão em situações em que sectores da classe operária, sentindo-se ameaçados pela subproletarização, se retraem e se fecham numa consciência comunitária defensiva e nostálgica em busca da “força” e da “pureza” perdidas¹⁸.

Na representação funcionalista da sociedade, as características “industriais” estão estreitamente relacionadas com a ordenação racional dos papéis e das utilidades e com a imagem da empresa considerada como o centro das relações sociais. Na sociedade industrial as classes sociais aparecem como actores colectivos e como conjuntos suficientemente coerentes para serem consideradas as variáveis determinantes da acção e das práticas institucionalizadas. A sociologia clássica está intimamente associada à sociedade industrial: nasceu com ela e assiste hoje ao seu declínio.

Na sociedade industrial as classes são consideradas como “mundos” e a posição de classe surge como a variável mais utilizada para explicar a acção e as práticas sociais. Nesta perspectiva pode considerar-se que a actividade sociológica consiste em larga medida no estabelecimento de correlações entre posições sociais e atitudes. Hoje esta imagem simples e esquemática já não é tão facilmente aceite. A identidade do actor é mais policentrada e multifacetada, a classe social concorre com outros princípios de identificação como o sexo, a raça, a “comunidade”, o nível de formação e o estilo de vida. A dominação social não se reduz ao poderio económico e as desigualdades resultantes da organização da produção sobrepõem-se às clivagens da exclusão. A própria imagem dos problemas sociais parece ter-se deslocado da empresa para a cidade, isto é, do trabalho e da exploração para a participação social e para a segregação.

A acção operária, que antes dependia da relativa unidade das componentes da classe operária, é agora substituída por uma experiência social fragmentada caracterizada pela separação de várias lógicas. Os indivíduos sentem-se dispersos, separados de si mesmos pela pluralidade das lógicas de acção em que se situam, e são obrigados a construir a unidade da sua experiência numa sociedade que já não se apresenta como um sistema unificado cujo centro era ocupado pelas relações de produção. Isto não significa o

desaparecimento das relações de classe, da exploração e da dominação, mas a formação de várias ordens de relações sociais sem que qualquer delas se imponha de forma nítida.

3. Crise e transformação do sindicalismo

Na sequência da crise e do esgotamento do modelo *taylorista-fordista* ocorreram profundas transformações ao nível tecnológico e na configuração do mercado de trabalho. Essas modificações contribuíram para a emergência de um novo tipo de operário - o “operário social” - trabalhador sem estatuto, estranho à empresa onde trabalha e às lutas que aí se desenvolvem, que tende a rejeitar os valores industriais.

A classe operária fragmentou-se e às antigas clivagens baseadas no sexo, idade, e qualificação acrescentaram-se outras mais recentes. Ampliam-se assim os focos de divisão entre os operários, aprofundam-se as tendências para a heterogeneidade da classe operária e a solidariedade só acontece excepcionalmente. O operariado perde importância em termos quantitativos, no conjunto dos assalariados e, simultaneamente, modifica-se a própria estrutura do emprego com a sua terciarização e feminização. A convergência entre as transformações ocorridas no ordenamento produtivo, no mercado de trabalho e na composição do emprego contribui para enfraquecer consideravelmente a acção sindical.

A aposta de Mallet numa *nova classe operária*, assente na tese de que se desenvolvem nos sectores produtivos modernos novas identificações positivas ao trabalho, às técnicas e à empresa, que podem dar lugar ao renascimento de uma acção autónoma, à unificação do sindicalismo e da política, a um princípio positivo de unidade do movimento operário, ameaçado de se dissolver entre o universo ao mesmo tempo economista e defensivo dos operários não qualificados e as tendências corporativas dos que detêm alguns privilégios, parece desmentida pelos factos. Mesmo junto dos “colarinhos brancos” é, frequentemente, uma relação instrumental com o trabalho que predomina e o horizonte da gestão e da autogestão anunciado por Mallet parece assim bem longínquo¹⁹.

Assiste-se, nas últimas décadas, na generalidade dos países desenvolvidos, à diminuição do número de lutas reivindicativas, à queda da sindicalização e ao enfraquecimento do papel das organizações sindicais. O desapego dos interessados nas organizações e nos partidos ditos operários parece traduzir a desagregação da identidade de classe.

A forma sindical não é um exclusivo da classe operária. O sindicalismo dos operários da indústria coexiste com o sindicalismo de outras categorias de trabalhadores como, por exemplo, operários agrícolas, empregados do comércio, bancários, funcionários e professores. A maior importância que historicamente tem assumido o sindicalismo operário deve-se, por um lado, ao peso numérico dos operários na população activa e, por outro lado, ao projecto de transformação revolucionária da sociedade, de que, na tradição marxista, a classe operária seria protagonista. Na sua vertente revolucionária o sindicalismo operário assume uma faceta global, “universal”, propondo uma visão geral da sociedade apoiada no antagonismo entre o trabalho e o capital. O sindicalismo aceita alianças (só rejeita as camadas “parasitas”) no âmbito da consecução pelo partido da classe operária do projecto político

alternativo para o conjunto da sociedade. A identidade que muitas vezes se estabelece entre classe operária e sindicalismo deve-se provavelmente à capacidade de atracção desse projecto que, mesmo que seja apenas a expressão da fracção qualificada dos operários, pretende aglutinar não só o conjunto dos operários mas também servir de pólo de atracção à maioria dos assalariados.

A história do sindicalismo, mesmo ao nível de cada nação, é feita por uma pluralidade de movimentos sindicais, possuindo cada um as suas características. A expressão “sindicalismo” é assim demasiado geral, presta-se mal a um conhecimento do real, das práticas operárias concretas²⁰.

Um dos factores explicativos da identificação entre sindicalismo e operários reside talvez na importância assumida pela greve nas representações e práticas tradicionais dos sindicatos e a sua tomada em consideração pelos historiadores. Em muitos países a história dos movimentos sociais acompanha de perto a das greves e o interesse dos cientistas sociais pela negociação só surgiu bastante mais tarde. Pela sua natureza, esta forma de acção remete para uma lógica de afrontamento que parece coadunar-se melhor com as greves historicamente conduzidas pelos operários. A greve parece constituir ao nível das representações uma forma de mediação entre os operários e os sindicatos.

No século XIX era difícil identificar sindicalismo e classe operária no seu conjunto. Nessa época não se falava ainda propriamente de classe operária, mas de proletariado e de trabalhadores e o mundo do trabalho correspondia mais a uma protoclasa operária. No decurso do século XX as noções de produtor e de classe operária tendem a alargar-se ou a estreitar-se consoante as políticas de alianças que vão sendo delineadas, designadamente ao nível das internacionais operárias. As definições não são, no entanto, apenas descritivas: o universo simbólico desempenha também um papel relevante e a identificação entre sindicalismo e operários decorre em larga medida do facto de que as camadas não operárias que se sindicalizam tendem a adoptar as representações dominantes associadas ao modelo operário. Este modelo, com aspirações universalistas, enfrenta, no entanto, permanentes dificuldades em englobar o conjunto do mundo do trabalho, porque na realidade se inspira numa visão estreita e parcelar identificada com o operário profissional, homem.

Nas últimas décadas chegam ao mercado de trabalho novas categorias de assalariados, ao mesmo tempo que, internamente, o grupo operário sofre profundas transformações. No plano contratual, o sindicalismo desempenhou um papel importante na construção da legislação social, mas as organizações sindicais têm permanecido, em muitos casos, demasiado fiéis a uma definição da classe operária como grupo homogéneo, partilhando interesses, necessidades e expectativas comuns, o que as adstringiu a um trabalho de unificação ao arrefecimento das mutações entretanto verificadas. As *reivindicações unificantes*, apelando a uma unidade mítica, estavam desfasadas relativamente à realidade da divisão e da fragmentação do mundo do trabalho.

As organizações operárias tentam unir os trabalhadores com base nos interesses comuns, sublinhando a unidade real que, para elas, deriva da relação salarial. A heterogeneidade não tem, no entanto, cessado de se acentuar e as relações dos indivíduos ao colectivo e ao

tempo da sua própria biografia tem-se modificado profundamente. Com a extensão da protecção social e o incremento do trabalho feminino, que representa em muitos casos a entrada de um segundo salário no orçamento familiar, os operários estabelecem uma relação de tipo “gestionário” com a sua própria existência. As competências neste domínio são postas à prova por vários factores como, por exemplo, a mensualização, que os obriga a gerir o seu rendimento em relação a um período mais dilatado. De igual modo, o aumento do poder de compra e a elevação do consumo obriga os operários a aprenderem a gerir investimentos em bens duráveis como a viatura e a habitação. A explosão escolar e o acesso mais alargado dos filhos dos operários ao ensino possibilita o aumento da mobilidade social. A estas transformações, que contribuem para desagregar a antiga cultura operária, junta-se o desejo de emancipação individual da nova geração, em que se inclui o desapego das formas tradicionais de organização.

A conjuntura actual conduz ao desenvolvimento da individualidade operária, da vontade de emancipação individual e incita à sua realização em termos de individualismo concorrencial. As antigas formas de articulação entre o “eu” e o “nós” na classe operária parecem ultrapassadas e a imagem do sucesso individual que se impõe não inclui o recurso à acção colectiva.

O desejo de sair da classe operária é frequente junto dos operários. Quando inquiridos sobre a profissão exercida os operários tendem a “promover-se”, declarando que são técnicos ou encarregados; por outro lado, o discurso rude e repleto de erros gramaticais de certos dirigentes políticos e sindicais operários, não é muito apreciado, sobretudo se feito em público, porque, fora dos círculos mais íntimos, é preciso falar bem, adoptando o estilo das categorias sociais mais cultas e habituadas ao manejo fácil da palavra. Montar um pequeno negócio, “estabelecer-se por conta própria”, tem sido um sonho acalentado por muitas gerações de operários e, paradoxalmente, a concretização desse modo de “fuga” tem sido de algum modo facilitada pelas políticas de redução de efectivos adoptadas nos últimos anos.

As práticas operárias caracterizam-se por uma certa ambivalência relativamente ao individual e ao colectivo. A submissão à dominação e a tentativa de sair dela individualmente podem coexistir com a contestação dessa dominação: há as greves e os fugazes momentos de exaltação colectiva e, entre esses momentos, permanece a ideia de saída e persiste o mito do “pequeno comércio”. Em termos de organização colectiva nota-se, também, com frequência, um nítido desfasamento entre um discurso contestatário, aguerrido, e práticas de negociação que se inserem na via do consenso e da institucionalização.

Os contactos dos eleitos sindicais com a base operária são cada vez mais esporádicos, o que leva a que o militantismo sindical se encerre no seu universo, no seu reduto, na sua própria racionalidade e adopte um discurso abstracto, generalista, cada vez mais afastado das realidades concretas do meio.

O “autismo” sindical é uma das facetas da rotina burocrática que se vem instalando e que se traduz, nomeadamente, na profissionalização crescente em detrimento de práticas de cariz associativo e militante.

Dos ideais e das utopias associadas à missão histórica da classe operária terá sobrado apenas um resíduo político-sindical que conferia uma espécie de identidade, mas que permanecia exterior, penetrando pouco no quotidiano do trabalho e na vida extra trabalho. Durante muito tempo, aspectos de certo modo superficiais, como por exemplo a correlação entre voto comunista e adesão à confederação sindical dominada pela mesma corrente, fizeram crer que continuava a existir uma classe operária, porque um “núcleo duro” manifestava uma certa identidade ao nível do comportamento político, da participação em manifestações, em festas, e no apoio a certo tipo de associações. Ora, embora oferecendo alguma resistência, este núcleo começou a perder dinamismo, a enfraquecer e entrou, também ele, em crise²¹.

Num livro sobre Billancourt, antigo bastião operário, os seus autores mostram a incapacidade das organizações e dos partidos operários principalmente o PCF e a CGT, de lutarem contra um processo de desagregação que parecia inevitável²². Existia aí uma fortaleza operária que importaria defender. Verificou-se, porém, finalmente, que a fortaleza estava vazia, não abrigava ninguém e também não havia ninguém para a defender. Para nela penetrar seria apenas necessário pegar na chave e abrir a porta²³. O nítido desapego dos trabalhadores em relação às organizações e partidos operários e a perda da sua capacidade de atracção tornam pertinente a questão de saber se tal facto traduz a desagregação da identidade de classe, ou se a identidade globalizante da classe operária é sobretudo uma ficção política e ideológica construída por aparelhos que se encontram hoje separados das realidades e aspirações dos meios operários, “murados” na sua fortaleza vazia.

A divisão sindical contribui também para o enfraquecimento da acção colectiva. A divisão pode ser considerada natural, atendendo à grande heterogeneidade de interesses que um sindicato tenta congrega. As divisões, que em Portugal foram escondidas no período da unicidade, vigente até ao aparecimento da UGT, têm consequências quer ao nível dos discursos quer ao nível das práticas. Uma visão optimista poderia conduzir a pensar que existe uma espécie de complementaridade das organizações no sentido em que se operaria entre elas uma espécie de divisão de trabalho: a CGTP exercendo uma função tribuna, de reivindicação e de contestação, de que toda a sociedade necessita²⁴; a UGT actuando como confederação imaginativa capaz de se adaptar a um ambiente em constante transformação; alguns sindicatos categoriais dando bons exemplos de independência e de uso eficaz da contratação colectiva. Por outras palavras, em termos de encadeamento de operações, poder-se-ia imaginar que, num primeiro tempo, certos temas da modernidade seriam explorados e debatidos, sendo, depois da sua legitimidade aprovada, popularizados e transformados em reivindicações e, finalmente, negociados, de acordo com as possibilidades de êxito existentes no momento. Esta sucessão ordenada de análise, de elaboração da reivindicação e da confrontação institucionalizada é, todavia, idílica e totalmente afastada da prática das organizações sindicais.

A divisão sindical não inviabiliza, em princípio, a unidade na acção. Tem sido no entanto raro que uma reivindicação seja assumida de forma unânime pelo conjunto do movimento sindical. O patronato tem podido escolher os seus interlocutores na negociação colectiva, assinando acordos com organizações que frequentemente não são as mais representativas.

Os estudos sobre a sindicalização em Portugal são em número relativamente reduzido e as discrepâncias que se notam entre eles aconselham alguma prudência em matéria de quantificação. Num trabalho pioneiro, Cerdeira e Padilha (1990), estimaram a sindicalização em 52,4% e 58,8%, nos períodos 1974-78 e 1979-84, respectivamente. Posteriormente, Stoleroff e Naumann (1993) calcularam, em 1990, que a taxa de sindicalização da população empregada por conta de outrem se situaria globalmente entre 34% e 41%, conforme a base de dados utilizada para a população activa. No mesmo trabalho, com base nos Balanços Sociais representativos de empresas com mais de 100 trabalhadores, os autores apuraram níveis de sindicalização de 47,7% e 44,8%, em 1989 e 1990, respectivamente. Os resultados de um inquérito de âmbito nacional realizado em 1994 sobre as relações laborais e as práticas de gestão de pessoal e de recursos humanos ao nível das médias e grandes empresas, revelam que a distribuição da sindicalização é bastante desigual. A densidade é extremamente fraca em 49% das empresas com mais de 100 trabalhadores, mas em contrapartida, em 12% das empresas a sindicalização é quase completa, ou aproxima-se da saturação. Em 13% das empresas a sindicalização é abrangente ou extensiva e, em 15%, a sindicalização é parcial (Stoleroff, 1995). Mais recentemente, Cerdeira refere que a taxa média ponderada de sindicalização, que se situava em 52% em 74-78 e em 59% em 79-84, evolui para cerca de 44% em 85-90 e 36% em 91-95. Estas taxas são calculadas com base no universo da população que estatisticamente é contabilizada como trabalhadores por conta de outrem. Não são incluídos os reformados, ainda que alguns permaneçam sindicalizados, nem os trabalhadores independentes sem assalariados. A correcção dos valores globais (incluindo os trabalhadores independentes sem assalariados) reduz para 35% e 30%, respectivamente, as taxas médias de sindicalização de 85-90 e 91-95. Considerando a tendência decrescente, a taxa de sindicalização global situar-se-à (em 1997) um pouco abaixo de 30% (Cerdeira, 1997: 48).

No seu relatório anual sobre o estado dos mercados mundiais de trabalho, intitulado “O trabalho no mundo, 1997 - 98: Relações profissionais, democracia e coesão social”, o Bureau International du Travail (BIT) constata que, em 48 dos 92 países estudados, os sindicalizados não ultrapassam 20% dos trabalhadores. Em 1995 a taxa de sindicalização era superior a 50% apenas em 14 países e, no decurso do período 1985 - 1995, só num número relativamente reduzido de casos não se verificou uma regressão.

Os sindicatos portugueses, inserindo-se na tendência verificada na maior parte dos países dos cinco continentes, perderam, no decénio assinalado, mais de metade dos seus filiados. Portugal é, aliás, o país da U.E. onde se verifica a variação negativa mais acentuada, o que se explica, provavelmente, entre outras razões, pelo facto de se ter registado um aumento excepcional da taxa de sindicalização nos anos imediatamente subsequentes à queda da ditadura.

Os diversos trabalhos citados, apesar de algumas discrepâncias numéricas existentes entre eles, parecem permitir concluir que se verifica, em termos objectivos, uma baixa acentuada da taxa de sindicalização. Embora as distinções entre simpatizante, aderente e militante sejam difíceis de estabelecer parece também poder concluir-se que, em termos mais subjectivos, a crise se traduz globalmente na deterioração da imagem do sindicalismo, muitas vezes associada à acusação de excesso de politização.

Parece pertinente agrupar os factores relacionados com a crise do sindicalismo em três grandes blocos: mutações nas estruturas industriais, mutações nas estruturas da mão-de-obra e estratégias das empresas.

A transformação das estruturas do aparelho produtivo está subjacente na utilização de vocábulos como modernização, terciarização informatização, sociedade pós-industrial que, não sendo propriamente sinónimos, têm todos eles implícita a ideia de mudança.

Os sectores que se desenvolvem são sobretudo aqueles em que o sindicalismo tem mais dificuldades em se implantar, ao passo que os sectores que têm sido tradicionalmente os seus bastiões são justamente aqueles em que se registam maiores regressões. Os terrenos mais propícios à implantação do sindicalismo são a indústria e a grande empresa. Ora, na sequência da crise e das metamorfoses do aparelho de produção desaparecem parcelas importantes das grandes concentrações operárias que constituíam simultaneamente suportes tradicionais do sindicalismo. As pequenas e médias empresas parecem resistir melhor a esta erosão, mas a implantação do sindicalismo enfrenta nelas ainda maiores dificuldades.

As transformações do aparelho produtivo acompanham-se de modificações nos estatutos dos assalariados face ao emprego. Os trabalhadores distribuem-se pelos diferentes sectores de actividade e pelas empresas segundo a sua dimensão. É possível também separar os trabalhadores protegidos e os mais expostos, os estáveis e os precários, os adultos, os jovens e os mais velhos, os homens e as mulheres considerando a sua situação desigual perante o emprego e a sindicalização.

A transformação interna da classe operária e as suas relações com o sindicalismo tem sido objecto de teses como a do neo-corporativismo, exposta de forma polémica por F. Closets (1985) e a do fim do sindicalismo como movimento social da autoria de A. Touraine (1984), que retomaremos mais adiante.

Mesmo que não se partilhem estas teses, importa reconhecer que elas se apoiam num conjunto de factos observáveis na generalidade dos países desenvolvidos, relacionados com as modificações na estrutura do emprego e nos comportamentos dos trabalhadores. Relativamente a estas transformações três categorias merecem particular atenção: *os jovens, as mulheres, os desempregados e os trabalhadores precários*.

Os jovens revelam, em muitos casos, como referimos anteriormente, uma forte exterioridade face ao movimento operário e à cultura industrial, considerando os militantes personagens “irreais” e o discurso sindical abstracto e estereotipado. Para muitos deles a acção colectiva não se afigura compensadora e a chave do sucesso reside na capacidade de desenvolvimento de estratégias individuais.

A propensão à sindicalização é mais fraca nas mulheres e a regressão da taxa de sindicalização é também mais nítida nas mulheres que nos homens. Em muitos aspectos a questão das mulheres é reveladora da incapacidade do sindicalismo produzir respostas adequadas aos novos desafios decorrentes das mutações em curso. As estatísticas revelam que o sindicalismo é uma das formas de associação menos feminizada, justamente numa altura em que se assiste a uma crescente feminização do mundo do trabalho.

A crise e as reestruturações do sistema produtivo não intervêm apenas de forma mecânica minando a base de recrutamento das organizações sindicais, mas têm também reflexos em

termos psicológicos, suscitando nos trabalhadores que conservam o emprego comportamentos caracterizados pela prudência e pelo retraimento. Deste modo as relações de forças podem alterar-se resultando daí consequências não negligenciáveis relativamente às estratégias patronais e às reacções operárias. O refluxo sindical abrange todos os sectores do salariado mas atinge de forma mais nítida os desempregados e os trabalhadores precários. O refluxo, que está associado tanto às transformações estruturais da mão-de-obra como à mudança das mentalidades, traduz e provoca o questionamento das representações ao nível da empresa: uma crise de funcionamento em termos de militantismo implica movimentos reivindicativos “centrífugos” e induz uma perda de força das organizações sindicais, acentuada pela sua desunião. Estes factos, que decorrem da crise, permitem, ao mesmo tempo, explicá-la.

Uma parte considerável da acção sindical desenrola-se ao nível da empresa, local onde o conflito se desencadeia e onde se elaboram as soluções. Neste lugar estratégico operam-se várias transformações e ensaiam-se diversas experiências sociais, muitas delas de iniciativa patronal, como por exemplo os horários flexíveis, o trabalho a tempo parcial, as reformas antecipadas. Algumas destas experiências vão ao encontro de aspirações dos trabalhadores cujas organizações se sentem assim ultrapassadas. A um nível mais global ensaiam-se novas formas de organização do trabalho, destinadas a colmatar os estrangulamentos provocados pela crise dos modelos tayloristas-fordistas e a gestão de recursos humanos alarga as suas actividades a domínios até há pouco reservados à intervenção sindical, o que contribui para o enfraquecimento da acção colectiva.

Entre as várias iniciativas patronais, cuja aplicação parece mais generalizada, duas merecem uma referência particular: a flexibilização do trabalho e a individualização da relação salarial.

A noção de flexibilidade é ambígua e polissémica. O termo pode evocar prevalentemente aspectos económicos, quando, por exemplo, se refere que as firmas tentam adaptar-se rapidamente às mutações dos mercados. O termo pode também referir-se sobretudo a aspectos sociais como os que R. Boyer (1986) tentou elucidar distinguindo cinco formas essenciais, relacionadas com a organização da produção, a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores, a formação dos salários e a protecção social. As formas de organização do trabalho pressupostas pelas teorias da flexibilização, inserem-se, em princípio, num contexto mais vasto de flexibilização económica e social e de novos modelos de especialização produtiva. O modelo de empresa flexível concebido por Atkinson postula a existência de dois tipos de flexibilidade: a *flexibilidade funcional*, que se organiza em torno de um núcleo central de trabalhadores qualificados e estáveis, cuja actividade é essencial para a empresa, e a *flexibilidade numérica* que se aplica a um núcleo de trabalhadores periféricos, não qualificados e facilmente recrutáveis²⁵.

A flexibilidade dos recursos humanos reduz-se frequentemente ao ajustamento por parte da empresa da quantidade de mão-de-obra de acordo com a oscilação das necessidades ditadas pelo mercado, utilizando formas precárias de emprego e recorrendo ao “exército de reserva”. Esta flexibilidade numérica ou quantitativa pode permitir reduzir, conjunturalmente,

custos de mão-de-obra, mas não parece ser o tipo de flexibilidade adequada às novas exigências de produtividade. A longo prazo o problema agrava-se, pois que, quanto mais a empresa aposta na flexibilidade quantitativa, menos investe nos recursos humanos e, portanto, mais dificilmente pode passar para a flexibilidade funcional ou qualitativa. Muitas empresas utilizam práticas diferenciadas, conjugando várias políticas, resultando daí uma maior segmentação sociocultural²⁶.

A individualização da relação salarial é uma noção complexa cujo sentido se apreende melhor opondo-a à mediação introduzida nas relações de trabalho pela negociação colectiva. Privilegiando o face-a-face directo entre o empregador e o assalariado a individualização pode abranger vários domínios da gestão. Relativamente às remunerações, os dirigentes das empresas favorecem os aumentos de salários pelo mérito, em detrimento da antiguidade e os prémios individuais em prejuízo dos prémios colectivos. Ao nível da gestão de carreiras pode verificar-se, por um lado, um recrutamento mais selectivo possibilitado pelo prolongamento do período experimental, o recurso mais frequente a estágios e a contratos de duração determinada e, por outro lado, uma formação considerada como um investimento destinado a reforçar a produtividade do trabalhador e planos individuais de carreira no seio de fileiras de promoção interna mais ou menos importantes consoante a categoria dos trabalhadores. A individualização traduz-se, também, frequentemente, na marginalização das organizações sindicais, utilizando-se para o efeito experiências como as dos círculos da qualidade, ou canalizando as reclamações dos trabalhadores através das chefias directas, prescindindo-se assim da intervenção dos delegados sindicais, e procedendo à negociação directa dos contratos de trabalho entre empregadores e trabalhadores

Ao nível da empresa o sindicalismo enfrenta mutações que afectam o conteúdo do trabalho, o modo de trabalhar e o valor atribuído ao trabalho; as formas e a qualidade de emprego alteram-se e esboçam-se novas definições do lugar dos assalariados, das relações sociais e da função sindical. As novas políticas patronais põem em causa a legitimidade sindical na empresa e contribuem para que a crise do sindicalismo se manifeste antes de mais ao nível institucional. Algumas das práticas ensaiadas suscitam uma implicação social mais activa da hierarquia e conduzem à emergência de novos espaços de negociação, de que as organizações sindicais são excluídas. O patronato investe no desenvolvimento de uma cultura de empresa que pode entrar em conflito com uma cultura operária. A individualização dos salários retira, pelo menos parcialmente, conteúdo à negociação colectiva e, mais geralmente, a individualização das relações sociais visa retirar espaço às organizações sindicais cuja necessidade deixa de ser sentida pelos trabalhadores. Enfim, na medida em que a instabilidade da mão-de-obra e a instabilidade sindical estão relacionadas, as políticas de precarização do emprego dificultam a acção sindical e contribuem para a queda da taxa de sindicalização.

A propósito da crise do sindicalismo P. Ronsavallon (1988) considera que não é suficiente falar globalmente do declínio do movimento sindical: torna-se necessário compreender, ao mesmo tempo, o processo da sua institucionalização crescente e as razões do recuo do número de aderentes, o enfraquecimento da sua legitimidade e o reforço do seu papel de

agência social, isto é, “o conjunto das questões sindicais ligadas a um papel institucional”. Como agência social o sindicato é uma espécie de “funcionário social”, um organismo quase- público. Este aspecto distingue-se da sua dimensão de *movimento social*, “força de reivindicação e de negociação”.

Os sindicatos são formas de instituição da regularização dos conflitos de trabalho e a institucionalização opera como amortecedor da conflitualidade social. A institucionalização confere, em graus variáveis, legitimidade aos actores e o reconhecimento da legitimidade dos actores e dos interesses específicos atenua a intensidade do conflito e retira-lhe grande parte da sua expressividade em termos de violência e de agressividade.

A sociedade, ao institucionalizar os conflitos, pretende controlá-los e, para esse efeito, estabelece regras de jogo com vista à sua solução. As instituições incumbidas da regulação da conflitualidade funcionam na sociedade como válvulas de segurança, conduzindo os actores sociais a refrearem a intensidade da sua acção ou a mudarem os objectivos visados. A institucionalização introduz mecanismos de regulação, possibilita a participação e estabelece o consenso sobre as regras que devem presidir às relações entre os actores sociais. Os conflitos institucionalizados podem ser mais facilmente regulados: quem negocia disponibiliza-se para ceder e esta cedência favorece o sistema constituído, dado que as mudanças podem ser facilmente absorvidas mediante algumas readaptações. Como refere A. T. Fernandes, “*envolvidos na reivindicação, através de uma participação dependente em sede negocial, os actores ficam com a sensação de terem alcançado os seus objectivos, enquanto o sistema se auto-adapta para se conservar. Os ganhos daqueles são bem menores do que o sucesso deste. De qualquer maneira, a eclosão do conflito não deixa de provocar quase sempre uma certa deslocação do sistema. Assim, a sociedade aumenta o controlo sobre si mesma e obtém o equilíbrio*”²⁷.

A institucionalização dos conflitos de trabalho, a participação e a integração da classe operária nos mecanismos da democracia de tipo liberal são fenómenos muitas vezes referidos sob a designação de *neocorporativismo*²⁸. Para M. Lucena, para se falar em corporativismo será essencial, tão só, que se nos depare um processo de íntima articulação - sem absorção - entre os corpos intermédios e os públicos poderes. Essa articulação verifica-se quando esses corpos participam de forma sistemática e institucional na preparação, na deliberação e/ou aplicação das decisões estatais; e ainda a *fortiori* quando são investidos no desempenho de funções de interesse público e no exercício (mesmo se meramente delegado) de parcelas de autoridade: cobrança de taxas, emanação de regulamentos gerais, fiscalização do seu cumprimento, aplicação de sanções administrativas ou afins²⁹.

Analisando estes fenómenos particularmente em relação à Alemanha, Offe (1985) insere-os na óptica das políticas de atribuição de um estatuto público a grupos de interesse, considerando que a representação de interesses tende a tornar-se por várias razões, predominantemente, matéria de *political design*, assumindo assim, em parte, mais características de uma variável dependente do que duma variável independente, em relação à política pública. De forma esquemática, segundo Offe, que seguimos de perto, a mudança na relação entre o sistema de representação de interesses e a política pública pode ser

representada como uma deslocação de um tipo de racionalidade para outro. Em situações de fraca institucionalização dos grupos de interesse - condições próximas do modelo liberal pluralista - as articulações de interesses e as reivindicações apresentadas pelos grupos sociais são consideradas como dadas do ponto de vista dos decisores políticos. Como os *inputs*, (as reivindicações) são consideradas como dados, um “bom” decisor político apenas poderá racionalizar a eficiência dos *outputs*. O trabalho da sociedade civil é considerado como um dado, quer no sentido em que pode ser tomado como garantido, quer na perspectiva em que não é desejável, nem legítimo, tentar interferir na sua dinâmica interna. Este tipo de racionalidade política, associado a políticas intervencionistas “activas” dirigidas para a satisfação óptima e compreensiva dos interesses manifestados (e também alguns antecipados) não é, contudo, segundo Offe, o único tipo concebível de racionalidade política.

Se os partidos políticos falharem na sua função de agregar e conciliar, na base das respectivas orientações programáticas, vastos segmentos do eleitorado, e/ou se os decisores políticos considerarem difícil, ou impossível, satisfazer uma parcela significativa das reivindicações apresentadas, devido à escassez dos recursos fiscais e institucionais à sua disposição, poderá ser aplicado um tipo inverso de racionalidade política. Este segue o imperativo de manter o *output* constante, a níveis considerados razoáveis, e canaliza os *inputs* de forma compatível com os recursos disponíveis. Neste caso, a variável a manipular é o próprio sistema de representação de interesses, isto é o modo de resolução dos conflitos. É este *standard* de racionalidade política que inspira na expressão de Offe “*a procura da sociedade estável e ordenada, de um sistema em que competição, conflito de classe e desunião política se tornam estruturalmente impossíveis*”. O *standard* de uma “boa” política não é acolher e dar resposta às reivindicações mas formá-las e canalizá-las, para as tornar possíveis de satisfazer.

No campo da política económica também se pode verificar uma deslocação paralela de uma racionalidade que assenta basicamente na tentativa de dar resposta adequada a problemas que são aceites tal como emergem, para uma racionalidade que se baseia no escopo de estruturar os problemas a fim de possibilitar o seu tratamento. Tanto no caso do sistema político como no da política económica, a característica comum da segunda alternativa consiste no estabelecimento de parâmetros institucionais e/ou físicos e económicos que garantam que os problemas cujo tratamento é requerido não excedam o limite representado pelos recursos disponíveis.

Offe estabelece a distinção entre os dois modos de racionalidade política em termos de política “conjuntural” *versus* política “estrutural”: no primeiro caso existe a expectativa de que os problemas e reivindicações serão susceptíveis de tratamento num campo de possibilidade definido pelas capacidades existentes de acção do Estado e da sua contínua melhoria. Quando este pressuposto não se verificar, são adoptadas as políticas estruturais, que respondem às condições de crise económica e institucional. Neste caso, os parâmetros físicos e económicos da produção e os parâmetros institucionais da representação de interesses, que em conjunto constituem o problema, tornam-se objecto de redesenho. O desvio é da “intervenção do Estado” para a “politização”. Usando sobretudo material empírico

relativo à Alemanha, Offe salienta, no ensaio a que estas notas se reportam, que a transição do primeiro para o segundo tipo de estratégias políticas tem sido uma tendência dominante nas sociedades capitalistas avançadas, a partir dos fins dos anos 1960³⁰.

O modelo de análise de Offe apenas parcialmente se poderá aplicar ao caso português: Portugal não é a Alemanha, a democracia representativa só foi instaurada há vinte e cinco anos, a debilidade das classes sociais é crónica e, por parte dos parceiros sociais, não existe uma tradição suficientemente forte em termos organizativos para viabilizar a operacionalização da alternativa correspondente à estratégia conducente à eliminação da “sobrecarga de problemas”, com a institucionalização de mecanismos de filtragem para reduzir a magnitude das reivindicações a proporções razoáveis, de modo a permitir o seu tratamento. Importa, portanto, não tomar por realidade aquilo que, por enquanto, não será mais do que uma mera tendência. Além disso, convém, também, não confundir uma distinção conceptual com uma sequência evolucionária. Afigura-se-nos, por conseguinte, mais pertinente admitir a simultaneidade e a interacção dos dois tipos de estratégias políticas.

Os acordos de concertação social são frequentemente citados como constituindo marcos assinalando a entrada numa nova era caracterizada pelo diálogo, participação e compromisso de classe. Há quem, inclusivamente, avance a hipótese que o emergente “novo paradigma de sistema de relações industriais”, considerado em conjunto com o aparecimento de outros indícios, como por exemplo a profusão de conselhos consultivos de âmbito nacional e regional, marca a entrada iminente num novo surto de corporativismo, desta vez sob os auspícios da democracia liberal³¹. A opinião de Barreto, considerando que, perante a coexistência de sinais contraditórios, se torna prematuro sugerir a emergência de um novo paradigma de relações industriais e a entrada num cenário neocorporativista, parece-nos, no entanto, mais consentânea com a realidade portuguesa³².

O declínio do movimento operário decorre, sobretudo, da crise da consciência de classe, que representa o seu centro. A crise do sindicalismo de classe pode ser acompanhada da emergência de novos tipos de sindicalismo, alicerçados em sistemas de trabalho modernos e em novas formas de consciência.

Relativamente a Portugal, a intervenção sociológica sobre o movimento operário, em que participámos, evidenciou, três grandes tipos de consciência: *consciência comunitária*, *consciência de classe* e *nova consciência*³³.

O sindicalismo procura influenciar as decisões na esfera da política e da economia, tenta assumir-se como actor do desenvolvimento, mas não tem capacidade de participar activamente nesse processo: o seu desejo de participação não pode, muitas vezes, concretizar-se na realidade. Os sindicatos são actores subalternos do desenvolvimento. Os principais actores do desenvolvimento são o Estado e as elites dirigentes³⁴.

A falta de articulação entre os diferentes tipos de consciência contribui, de modo decisivo, para o declínio do movimento operário como movimento social característico da sociedade industrial.

O enfraquecimento do movimento operário como movimento social não significa, porém, necessariamente, a crise generalizada e irreversível do sindicalismo. Com a queda do

comunismo e o triunfo do capitalismo não cessaram as desigualdades e as injustiças sociais. Por outro lado, a acção sindical pode ter várias significações, o actor sindical pode agir a vários níveis, sendo o nível do movimento operário - correspondente ao do movimento social - o mais elevado.

Um pouco por toda a parte os sindicatos enfrentam muitas dificuldades na sua acção mas, em muitos casos, resistem bem, continuando a desempenhar um papel importante na negociação e na organização e defesa dos trabalhadores. O sindicalismo enfraquece, como movimento social, mas, ao mesmo tempo, pode crescer a sua importância como *actor político*, isto é, o seu papel na elaboração das orientações económicas e sociais e no sistema de decisão política. Com a institucionalização dos conflitos de trabalho os sindicatos passam a defender os interesses dos trabalhadores no interior do sistema político, o que implica um acordo sobre o modo de gestão da economia no seu conjunto e interdiz as lutas de natureza meramente reivindicativa.

Quando a consciência de classe operária enfraquece e deixa de orientar o conjunto das condutas, imprimindo-lhes unidade e coerência, a acção operária pode procurar um novo alento no exterior, associando-se a lutas estranhas à empresa, referenciadas por alguns autores como constituindo os embriões dos novos movimentos sociais. A “saída” da acção operária da fábrica pode estar associada à atenuação do conflito central característico da sociedade industrial e à emergência de novos campos conflituais e de novos actores sociais, que anunciam a entrada num novo tipo de sociedade, pós-industrial.

A tese da sociedade pós-industrial, que não cabe aqui debater, tem sido glosada de várias formas, por diversos autores, quer directamente, quer de modo mais indirecto e mediato, como sucede com o debate em torno da modernidade e da pós-modernidade.

4. Conclusão

Na sociedade industrial a importância do conceito de classe social radica principalmente na crença na existência de uma continuidade, de uma ligação, entre diferentes lógicas de acção. A consciência de classe operária integrava as pertenças comunitárias, a defesa de interesses comuns e as utopias redentoras. Hoje as diversas dimensões da acção parecem separar-se e o universo cultural centrado na fábrica e no trabalho industrial declina e perde capacidade de atracção.

As transformações ocorridas nos últimos anos, nos países desenvolvidos, na estrutura da produção e do emprego confirmam a perda de importância do mundo operário. O emprego na agricultura e na indústria diminui e, em contrapartida, acentua-se a tendência para a consolidação de uma “sociedade de serviços”. Na evolução da estrutura das qualificações observa-se a perda de importância dos trabalhadores manuais, que historicamente têm constituído o esteio da classe operária. Portugal tem acompanhado, embora com algum atraso, as transformações observadas na estrutura da produção, do emprego e das qualificações.

Na sociedade industrial as práticas sociais explicam-se, em larga medida, em função da posição de classe. Hoje o estabelecimento de correlações entre posições sociais, atitudes e acções torna-se mais problemático. A identidade social é mais policentrada e multifacetada,

a dominação social extravasa a esfera económica e as clivagens da exclusão sobrepõem-se às desigualdades originadas na produção.

Em vez de uma acção de classe assente na relativa unidade das suas diversas dimensões parece impor-se agora a imagem de uma experiência social fragmentada, em que várias lógicas de acção se separam e, eventualmente, se opõem.

A conjunção das transformações ocorridas ao nível tecnológico, na produção e no emprego contribui para acentuar a fragmentação e a heterogeneidade da classe operária e para enfraquecer a acção sindical. A taxa de sindicalização tem decrescido em vários países. Em Portugal os sindicatos perderam, no período decorrido entre 1985 e 1995, mais de metade dos seus filiados.

O modo como a crise do sindicalismo é interpretada depende fundamentalmente da significação atribuída à acção sindical. Na perspectiva de *movimento social* o declínio do movimento operário decorre sobretudo da crise da consciência de classe, que representa o seu centro. O sindicalismo enfraquece, como movimento social, mas a sua importância como *actor político* poderá manter-se ou, até mesmo, aumentar.

Enquanto a sociedade industrial declina, assiste-se, segundo vários autores, à emergência de um novo tipo de sociedade. Esta nova sociedade - *pós-industrial*, ou *programada* - tem sido analisada à luz de diferentes perspectivas. Duas ideias fundamentais parecem, no entanto, encontrar eco em todas as análises: o trabalho deixou de ser o principal elo das relações sociais e os actores sociais mais relevantes já não se enraízam na esfera da produção.

Notas

¹ Sobre a re-emergência do tema modos de vida e a exploração de novas dimensões de análise que a utilização desse quadro de referência exige, cf. Isabel Guerra, “Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos”, *Sociologia- Problemas e Práticas*, 13, 1993, pp. 59-74.

² O. Schwartz chama a atenção para o facto de que os operários estabelecem com as suas próprias normas uma relação de natureza mais ambivalente do que a revelada pela maior parte das pesquisas. A este propósito o autor cita várias práticas que desmentiriam ou, pelo menos, relativizariam a imagem de uma sociabilidade operária omnipresente. Práticas como o bricolage, a jardinagem, o jogo e a pesca traduziriam a importância das experiências e das aspirações privadas na existência operária, o gosto da solidão e da autonomia, a propensão para condutas centrífugas e o distanciamento susceptível de facilitar a expressão individual e a libertação do desejo. O. Schwartz não nega, no entanto, que falar de cultura operária é evocar práticas colectivas, ligações densas e comunidades e que o “ser” colectivo é uma das grandes formas modais da existência operária, não só como “habitus”, mas também como valor. (Cf. O. Schwartz, *Le monde privé des ouvriers*, Paris, PUF, 1990 e “Zones d’instabilité dans la culture ouvrière”, *Autrement*, 126, 1992, pp. 123-135).

³ A cultura operária encontra-se bem retratada em Hoggart, *As utilizações da cultura* (2 vols.), Lisboa, Presença, 1993.

⁴ S. M. Lipset, *L’Homme et la politique*, Paris, Ed. du Seuil, 1962.

⁵ A descrição sintética que aqui empreendemos da “unidade” do mundo operário tradicional e da sua posterior decomposição inspira-se sobretudo em Dubet: *De la sociologie de l’action à la sociologie du sujet*, Paris, CADIS, 1988 e *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996 (principalmente cap.4, II, pp. 157-169).

⁶ Mancur Olson, *The logic of collective action*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965.

⁷ Sobre a teoria da mobilização de recursos v., além de M. Olson, A. Oberschall (1973) e M. N. Zald e J. McCarthy (1973). Para uma abordagem mais histórica v. C. Tilly (1978).

- ⁸ Shorter e Tilly, ao estudarem séries de greves em França, mostraram que as mobilizações operárias estão menos associadas à conjuntura económica do que ao grau de abertura do sistema institucional e político e às oportunidades que ele oferece (Cf. E. Shorter e C. Tilly, *Strikes in France - 1830 - 1968*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974).
- ⁹ Sociologia da experiência, *op. cit.*, p. 129.
- ¹⁰ Sobre este tema cf. designadamente: A. Giddens, *A estrutura de classe nas sociedades avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981; F. Parkin, *Marxism and class theory. A bourgeois critique*, Londres, Tavistock Publications, 1979; E. O. Wright, *Classes*, Londres, Verso, 1985 e *The debate on classes*, Londres, Verso, 1989. Para uma síntese teórica cf. A. Firmino da Costa, “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes”, *Análise Social*, 98, 1987.
- ¹¹ As discussões em torno do papel do partido e do sindicato, a tese do aburguesamento da classe operária, do enfraquecimento do sentimento comunitário e dos seus efeitos sobre a consciência de classe, e a questão da “nova classe operária”, suscitada por Mallet podem servir de ilustração a este propósito.
- ¹² Cf., entre outros B. Franck e D. Lapeyronnie, *Les deux morts de la Wallonie sidérurgique*, Bruxelas, CIACO, 1990, A. Kriegel, *Aux origines du communisme français*, Paris, Flammarion, 1969, P. Nizan, Antoine Bloyé, Paris, Grasset, 1933 e S. Weil, *La condition ouvrière*, Paris, Gallimard, 1979.
- ¹³ Cf. B. Franck e D. Lapeyronnie, *op. cit.*, A. Gorz, *Adieux au prolétariat*, Paris, Galilée, 1980 e A. Touraine et al., *Le mouvement ouvrier*, Paris, Fayard, 1984. Relativamente a pesquisas realizadas em Portugal cf. Lima et al., *A acção sindical e o desenvolvimento*, Lisboa, Salamandra, 1992 e M. T. Rosa, *Relações Sociais do Trabalho e Sindicalismo operário em Setúbal*, dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1995.
- ¹⁴ Nesse estudo sobre o movimento operário e o sindicalismo, em que participámos, foi utilizada pela primeira vez em Portugal a metodologia da intervenção sociológica. As conclusões do estudo estão compiladas em Lima et al., *A acção sindical e o desenvolvimento*, Lisboa, Salamandra, 1992.
- ¹⁵ Cf. M. Verret “Où en est la culture ouvrière aujourd’hui?”, *Sociologie du Travail*, 1, 1989, pp. 125-130.
- ¹⁶ Neologismo “criado” a partir do título de um livro de F. Dubet, *La Galère: jeunes en survie* (Paris, Fayard, 1987), que relata a experiência de grupos de jovens dos subúrbios, em França, vítimas do desemprego, do insucesso escolar e de uma certa pobreza e sujeitos, também, a uma forte estigmatização.
- ¹⁷ Cf. F. Dubet e D. Lapeyronnie, *Les quartiers d'exil*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- ¹⁸ Cf. M. Wieviorka et al., *La France raciste*, Paris, Éditions du Seuil, 1992
- ¹⁹ Cf. S. Mallet, *La nouvelle classe ouvrière*, Paris, Seuil, 1963.
- ²⁰ Existem também obviamente acentuadas diferenças entre nações no que diz respeito à formação e desenvolvimento do sindicalismo. A este propósito cf. por exemplo Bibes e Mouriaux (dir.), *Les syndicats européens à l'épreuve*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
- ²¹ Esta síntese de uma apreciação da situação vivida em França parece adequar-se bem ao caso português. Cf. Dom. Labbé, *Le discours communiste*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1979.
- ²² Cf. Dan. Labbé e F. Périn, *Que reste-t-il de Billancourt? Enquête sur la culture d'entreprise*, Paris, Hachette, 1990.
- ²³ *Idem, ibid.*
- ²⁴ A ligação da central sindical ao PCP continua a ser muito estreita, como se confirmou com o apelo público, explícito, ao voto comunista nas últimas eleições europeias.
- ²⁵ Cf. Atkinson, “Manpower strategies for flexible organisations”, *Personnel Management*, 16, 1981.
- ²⁶ Cf. Kovács, “Novas tecnologias, organização e competitividade”, in *Sistemas Flexíveis de produção e reorganização do trabalho*, Lisboa, CESO I & D, 1992, pp. 17-67.
- ²⁷ Cf. A. T. Fernandes, “Conflitualidade e movimentos sociais”, *Análise Social*, 123-124, 1993, p.795.
- ²⁸ Parece preferível utilizar esta designação em vez do neologismo “corporativismo”, inspirado no inglês “corporatism” e no francês “corporatisme”. Sobre a utilização destas noções cf. Lucena “Neocorporativismo? Conceito, interesses e aplicação ao caso português”, *Análise Social*, 87-88-89, 1985, pp. 819-865.
- ²⁹ *Op. cit.*, p. 832.
- ³⁰ Cf. C. Offe, “The attribution of public status to interest groups”, *Disorganized capitalism*, Cambridge, Polity Press, 1985, pp. 221-258.

- ³¹ Cf. Nascimento Rodrigues, “Da luta de classes à concertação social”, *Diário de Notícias* - Empresas, Outubro, 1991, pp. 36 - 38 e Mário Pinto, “Ensaio sobre a concertação social e a mudança do paradigma sindical e social”, *Portugal em mudança - Ensaio sobre a actividade do XI Governo Constitucional*, Lisboa, INCM, 1991, pp. 337 - 363.
- ³² Cf. J. Barreto, “Portugal industrial relations under democracy”, in Ferner e Hyman (eds.), *Industrial relations in the new Europe*, Oxford, Blackwell Publishers, 1992, pp. 445 - 481.
- ³³ Cf. Lima *et al.*, *op. cit.*.
- ³⁴ *Id.*, *ibid.*, particularmente o cap. 6, pp. 117 - 161.